



OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL: RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

SILVA, Polyana Carvalho da ¹

RESUMO: Abordaremos, brevemente, os fundamentos do trabalho do (a) Assistente Social compreendendo o Serviço Social enquanto profissão, que emerge no Brasil na década de 1930, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, na lógica da reprodução da sociedade capitalista. Com base nos textos do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” e do livro “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche”.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Assistente Social; fundamentos.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo inserida na divisão sociotécnica do trabalho própria da sociedade industrial. O (A) profissional é solicitado (a) a responder às exigências do capital, e também às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2013).

Para compreender o significado histórico do Serviço Social antes é importante entender o “problema social” e seu agravamento, as opiniões e ações propostas e desenvolvidas pelos diversos grupos e segmentos preponderantes e pelas organizações que divulgam seus interesses ante a sociedade; intervenções e posicionamentos definidos no panorama mais amplo das contradições provocadas pelas formas específicas, pelas quais, há um aprofundamento interno do capitalismo e a vinculação da economia ao mercado mundial (IAMAMOTO, 2013).

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF- polyanaseso@gmail.com

O objeto de trabalho do (a) Assistente Social são as expressões da questão social, que de acordo com lamamoto (2013), se expressa na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação.

lamamoto (2015) afirma também que é o objeto de trabalho

(...) em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional.

Com as profundas transformações do mundo atual o (a) Assistente Social tem que estar preparado para responder as demandas que lhe são postas.

lamamoto (2015) explica que

A sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. Como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, que são a fonte de sua demanda.

Podemos entender a profissão a partir da sua inserção nas relações sociais, na realidade do cotidiano profissional. É importante compreender que a profissão não é uma derivação teórica e nem a aplicação de uma fórmula da teoria marxista, mas sim uma apropriação do referencial teórico metodológico para entender a profissão dentro da sociedade capitalista, e neste estudo, na particularidade da realidade brasileira, em um determinado período histórico.

O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

I- Perspectiva de análise

O Serviço Social teve sua gênese a partir de interesses de grupos e frações de classe, que se expressavam, fundamentalmente, por intervenção da Igreja Católica. Possuía inicialmente uma base social bem determinada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente estabelecida. A maior particularidade que envolve o Serviço Social desde a sua fundação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Factualmente, se identifica na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são, em última instância,

resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda totalmente oposta. (IAMAMOTO, 2013).

A autora ressalta que o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, situado no interior da divisão sociotécnica do trabalho. Logo, um elemento que participa da reprodução das relações sociais e do relacionamento contraditório entre as classes fundamentais presentes na realidade social - interesses antagônicos entre o capital e o trabalho.

A reprodução das relações sociais e conseqüentemente do capitalismo é reprodução da totalidade do processo social. É também a reprodução de um determinado modo de viver que envolve o cotidiano da vida em sociedade expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, como também na profissão.

Iamamoto também aponta para o fato de que a totalidade concreta, em movimento, encontra-se sempre em processo de estruturação.

A profissão Serviço Social é constituída a partir de dois ângulos que estão imbricados entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO, 2013, p.72-73).

Ao ressaltarmos apenas um ou outro desses ângulos, a autora afirma que estaremos acentuando de modo excludente, um pólo do movimento contraditório do concreto, sendo nesse sentido, análises unilaterais (Serviço Social Conservador/Serviço Social Transformador são afirmativas mecanicistas e voluntaristas). Ao superestimar a eficácia política da atividade profissional, subestimamos o lugar das organizações políticas das classes sociais no processo de transformação da sociedade, enquanto sujeitos da história; por outro lado parece desconhecermos a realidade do mercado de trabalho e os objetivos do mandato institucional (IAMAMOTO, 2013).

O Serviço Social é necessariamente polarizado tanto pelos interesses da burguesia como do proletariado, tendendo a ser cooptado por aqueles que tem uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como do trabalho podendo fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto (IAMAMOTO, 2013).

Iamamoto atenta para um aspecto da realidade social: a contradição. Esta é o motor da história e é considerando que as relações sociais se caracterizam pela contraditoriedade, que podemos apontar que os mecanismos de dominação e as necessidades da classe trabalhadora são duas faces de uma mesma moeda.

A autora afirma que é a partir dessa compreensão que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras.

É este o ponto de partida da análise, a qual deverá demonstrar, no seu desenvolvimento teórico e empírico, o que tem sido a força dominante na trajetória da prática histórica do Serviço Social: atender, prioritariamente, uma demanda do capital ou do trabalho, tendo por suposto que estas forças contraditórias não se excluem do contexto profissional (IAMAMOTO, 2013).

O modo pelo qual os (as) usuários (as) do Serviço Social compreendem o mundo e as relações a sua volta, é condicionado pelo lugar social que ocupam no processo de produção. A individualidade é tida como expressão e manifestação do seu ser social, de sua vida em sociedade.

II- A intervenção do agente profissional nas relações sociais

A autora explica que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária.

O Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais qualificados para o seu atendimento. A intervenção profissional deveria estar pautada nos parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes à sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2013).

É portanto, no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial e da expansão urbana, que se coloca a necessidade do Serviço Social, enquanto mediador das classes fundamentais de então: burguesia industrial e proletariado fabril. Nesse contexto também, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.

Iamamoto explica que a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado

(IAMAMOTO, 2013). A autora explica também que a questão social – enquanto manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre essas classes – servirá como base de justificação para a ação do (a) Assistente Social, para além da caridade e da repressão.

A pauperização absoluta ou relativa, umas das expressões da questão social, gera o fenômeno do lumpemproletariado, que não será mais absorvido pelo mercado de trabalho. A socialização dos custos de reprodução desta força de trabalho exige a presença do Estado no que se refere a constituição de políticas sociais.

Segundo Iamamoto (2013)

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja Católica, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da igreja (IAMAMOTO, 2013, p.184).

A visão de sociedade que a Igreja assumia, sofreu influência direta da perspectiva positivista, dessa maneira, era visualizada enquanto um todo unificado através das conexões através das tradições, dogmas e princípios morais de que ela era depositária. Indivíduos e fenômenos sociais coexistiam. Em coesão orgânica com a sociedade em sua totalidade (IAMAMOTO, 2013).

Objetivo da Igreja era recuperar o proletariado da influência de ideologias secularizadas, ameaçadas pelo liberalismo e pelo comunismo; ordenar as relações de produção e harmonizar as classes em conflito.

À Igreja coube a tarefa de reunificação e recristianização da sociedade burguesa, concluindo pelo alinhamento doutrinário do Estado laico ao direito natural, orientado por suas normas transcendentais.

Será a partir destes aspectos que se dará o movimento de “recatolização da nação”: a Igreja começa a ter uma preocupação em assumir uma intervenção face à questão social. Cabe ressaltar o estreito colaboracionismo entre Igreja Católica brasileira e as autoridades constituídas. As formas de enfrentamento da questão social pela Igreja em nenhum momento colidiram com os interesses do Estado brasileiro (IAMAMOTO, 2013).

A autora ressalta que o Serviço Social não tem um caráter de autonomia: não se pode pensar à profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação profissional.

O Serviço Social no Brasil não se afirma no mercado como profissional liberal por não dispor de condições objetivas para esta realização, ele necessita das políticas sociais, de cunho público ou privado para o exercício profissional se concretizar.

Cabe ressaltar que o (a) Assistente Social possui uma relação singular no contato direto com os (a) usuários (a). O que reforça um determinado espaço para a atuação técnica, abrindo possibilidades de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. Dessa forma surge um novo traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, abrindo ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassam meramente a demanda institucional. E também uma possibilidade de ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com o entendimento social do profissional sobre sua prática (IAMAMOTO, 2013).

O Estado, dentre as organizações institucionais que difundiram o exercício profissional, ocupa uma posição de destaque, por ser um dos maiores empregadores de Assistentes Sociais no Brasil. O Estado é fundamental na reprodução das relações sociais, na sua condição de legislador e de controlador das forças repressivas (IAMAMOTO, 2013). No processo de constituição de sua hegemonia, o Estado não pode desconsiderar por completo as necessidades e interesses das classes dominadas, como requisito de sua legitimação; a incorporação destas necessidades acontece de forma subordinada, não afetando os interesses da classe capitalista como um todo.

No ingresso do Serviço Social como profissão, uma das pré-condições é a transformação de sua força de trabalho em mercadoria e de seu trabalho em atividade subordinada aos moldes do grande capital. A mesma lógica que preside o trabalho da classe trabalhadora, também preside a intervenção do (a) Assistente Social.

Iamamoto (2013) salienta que

Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, unicamente, necessidades que lhe são exclusivas: participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente.

A produção e reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital. Embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro.

A autora posiciona o (a) Assistente Social na sua condição de intelectual; dessa forma se utiliza de Gramsci para subsidiar sua análise. Cada classe possui seus próprios

intelectuais, que tem o papel de contribuir na luta pela direção sociocultural destas classes na sociedade. O intelectual é o organizador, dirigente e técnico que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado (IAMAMOTO, 2013).

A professora ressalta também que no desempenho de sua função intelectual, o (a) Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Ou seja, o (a) Assistente Social é um sujeito partícipe desse processo.

O (A) Assistente Social na sua qualidade de intelectual, tem como instrumento de trabalho a linguagem; historicamente, não constitui atividade proeminente para essa categoria profissional a produção de conhecimento científico. O Serviço Social emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a intervenção na sociedade.

Iamamoto (2013) destaca que

A divisão de trabalho entre as ciências, a segmentação entre teoria e prática, ciência e técnica, são expressões da crescente divisão de trabalho intelectual e manual, que se desenvolve à medida que se aprofunda o capitalismo.

O (A) profissional é considerado na condição de intelectual, enquanto administrador e divulgador da riqueza intelectual existente, tradicionalmente acumulada. E exerce atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora, sendo também um sujeito participante desse processo.

O Serviço Social é caracterizado como uma tecnologia social, e o profissional como um técnico cuja atuação é geralmente mediatizada pela prestação de serviços sociais em instituições que implementam políticas sociais específicas (IAMAMOTO, 2013).

A autora destaca que o (a) Assistente Social inserido nas organizações, em que trabalha, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais; exerce funções de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. É o profissional de linha de frente.

Devido à proximidade com o (a) usuário (a), o (a) Assistente Social é tido como agente institucional que centraliza e circula informações sobre a situação social dos “clientes” para os demais técnicos e para a entidade (IAMAMOTO, 2013).

Iamamoto ressalta também que a atuação do (a) Assistente Social refere-se a uma ação global de cunho sócio educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. Incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão global de mundo dos “clientes”. Isso tudo pautado no cotidiano profissional.

Santos e Guerra (2013) apontam que são características do cotidiano profissional: a heterogeneidade, que compete a diversidade de demandas do cotidiano e a centralidade dos sujeitos às mesmas; a espontaneidade, que é a apropriação natural dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade que origina a capacidade de reproduzir as motivações particulares e as humano-genéricas; a imediaticidade, as ações desencadeadas na vida cotidiana tendem a responder, essencialmente, às demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos; e a superficialidade extensiva (pragmatismo), a superficialidade com que são encaminhadas as demandas, dado que a prioridade da vida cotidiana está em responder aos fenômenos na sua extensão e amplitude e não na sua intensividade, ou seja, o cotidiano dificulta o esforço intenso, concentrado e contínuo.

Embora o cotidiano apresenta essas características, que são inerentes à ação do (a) Assistente Social, o exercício profissional do (a) Assistente Social não deve ser pautado apenas no imediato, tem de haver reflexões sobre ele. É fundamental compreender que o cotidiano é rico em possibilidades, e que é possível fazer a sua suspensão temporária e ir além do que é imediato, instituído e posto.

II- O significado dos serviços sociais

A disseminação dos serviços sociais, no século XX, está vinculada a ampliação da percepção de cidadania. A luta pelos direitos sociais é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo, presente até os dias atuais.

Os serviços sociais nada mais são na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é desenvolvido a toda a sociedade sob a forma de serviços sociais; assim, aparecem como benefício, expressão humanitária do Estado e ou da empresa privada.

A generalização dos serviços sociais é expressão da vitória da classe operária na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa.

O que é direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado de tal forma, que se retorna um meio de esforço de visão paternalista do Estado, que recupera nesse processo o coronelismo presente na história política brasileira, agora instaurado no próprio aparelho do Estado (IAMAMOTO, 2013).

III- A condição de trabalhador assalariado e o trabalho do (a) Assistente Social

Iamamoto ressalta que compreender a profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, com foco no seu significado social, no processo de reprodução das relações sociais implica em apreendê-la a partir da categoria trabalho.

Para a autora, essa apreensão aborda o exercício profissional em sua dimensão de trabalho concreto em seu valor de uso social, como uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para sua efetivação.

O significado social do trabalho profissional do (a) Assistente Social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Cabe lembrar que o seu processamento acontece de diferentes formas nas condições em que se realiza em consequência das relações sociais distintas (IAMAMOTO, 2015).

As necessidades sociais e as demandas a serem respondidas pelo (a) Assistente Social são determinadas pelo empregador e também na tensão entre as classes. Ele delimita a matéria de sua intervenção, interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. De acordo com Iamamoto, os empregadores também impõe exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado (IAMAMOTO, 2015). A autora ressalta ainda que é nesta condição de trabalhador assalariado que o (a) Assistente Social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora.

Se o Assistente social, enquanto trabalhador assalariado, dever responder às exigências básicas da entidade que contrata seus serviços, ele dispõe de uma autonomia relativa no exercício de suas funções institucionais; ele é corresponsável pelo rumo imprimido às suas atividades pelas formas de conduzi-las. A imprecisão quanto à delimitação das atribuições desse profissional pode ser um fator de ampliação da margem de possibilidade de redefinição de suas estratégias de trabalho.

A nova qualidade de preocupação com a prática profissional está dirigida ainda a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. Esse projeto traduz-se na confiança que move uma prática, na possibilidade histórica de criação de novas bases de vida em sociedade, assumido e subvertido em direção a um novo tempo.

O caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais, que justificam a reprodução da própria profissão, e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato, mero coágulo de tempo de trabalho social médio, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social (IAMAMOTO, 2015).

O desdobramento necessário dessa proposta de análise do trabalho do (a) Assistente Social é tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores, e suas lutas, que sofrem perdas decisivas sem suas conquistas históricas nesse tempo do capital fetiche. Este é um dos desafios importantes da agenda profissional, o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão, aliada à pesquisa das respostas profissionais acionadas para fazer frente à questão social (IAMAMOTO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos livros “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” e “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche” a autora Marilda Villela Iamamoto destaca elementos da trajetória do Serviço Social no Brasil, como expressão da dinâmica processual em que a profissão foi concebida, reconceituada e renovada. Dessa forma analisou os fundamentos do trabalho do (a) Assistente Social compreendendo o Serviço Social enquanto profissão, que tem sua gênese no Brasil a partir dos anos 30, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, na lógica da reprodução da sociedade capitalista.

Nos momentos iniciais da profissão, desde as origens até os primeiros anos da institucionalização profissional, houve forte influência da Igreja Católica, especialmente a partir das duas encíclicas papais: a Rerum Novarum, de Leão XIII, e a Quadragésimo Anno, de Pio XI. No contexto atual da profissão, a laicidade e o materialismo histórico dialético compõem o argumento central. Desde então a profissão passou por uma reconfiguração significativa, galgando posição extremada em relação a sua origem, mas ainda é fortemente marcada pelo sincretismo que acompanhou a sua trajetória histórica, marcada pelo neotomismo e por práticas de ajustamento e ajuda social.

Será a partir da década de 80 que a perspectiva crítica, influenciada por Karl Marx e a tradição marxista, ganhará hegemonia no Serviço Social brasileiro, trazendo um novo conceito de profissão, portanto novas formas para a intervenção do Serviço Social.

A autora salienta que a demanda da atuação do (a) Assistente Social não deriva, diretamente, daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – “mas do patronato, que é quem diretamente o remunera. Há uma separação entre quem demanda e quem recebe os serviços do profissional” (IAMAMOTO, 2013).

O caminho que o “cliente” percorre até o (a) Assistente Social é mediatizado pelos “serviços sociais”. O usuário procura o serviço (o que ele oferece) e para obtê-lo precisa passar pelo (a) profissional. Há um caráter impositivo do profissional, “investido do poder socioinstitucional para permitir ou não o acesso aos serviços sociais”. “Na representação ideológica dos profissionais, prevaleceu (período pesquisado pela autora 1930-1960) a

imagem social da profissão como exercício altruísta, desinteressado, exercício de uma vocação, uma missão, do agente voltado para a ajuda aos demais, a serviço do povo, do oprimido” (IAMAMOTO, 2013).

A autora ressalta que o Serviço Social é uma profissão, o trabalho do Assistente Social se insere em uma relação de compra e venda da força de trabalho, mercantilizada, assalariada. Diz ainda que compreender a profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, com foco no seu significado social, no processo de reprodução das relações sociais implica em apreendê-la a partir da categoria trabalho (IAMAMOTO, 2015).

Iamamoto identifica entre os autores pesquisados um consenso de que a atividade profissional é predominantemente inscrita no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos, o que se realiza via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas, com destaque para a seguridade social, e nela, para a assistência social (IAMAMOTO, 2015).

Um dos maiores desafios que o (a) Assistente Social vivência atualmente é o de desenvolver sua capacidade de interpretar a realidade e construir respostas de trabalho criativas, críticas, propositivas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas que surgem no cotidiano. É importante ressaltar que as respostas às demandas que lhes são dadas, não somente de maneira individual, mas também, coletiva, expressam projetos profissionais, que orientam por uma determinada concepção de profissão e de sociedade, que inclui valores e visões de mundo.

Ao entender que o Serviço Social se insere na reprodução da vida social é importante ressaltar que a sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. Como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder às necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda. Sendo o (a) Assistente Social um trabalhador assalariado, depende da venda de sua força de trabalho especializado no mercado profissional de trabalho. Para que ela tenha valor de troca, expresso monetariamente no seu preço, é necessário que confirme o seu valor de uso no mercado (IAMAMOTO, 2015).

Destaca-se que os (as) Assistentes Sociais tenham o projeto ético-político como direcionamento, buscando uma análise macroscópica da questão social e uma aproximação com os usuários, de forma a atender suas reais demandas.

O projeto ético político do Serviço Social é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores colidem com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-sociológica. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional; 26ª edição; São Paulo, Cortez, 2015.

SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2ed., 2013.